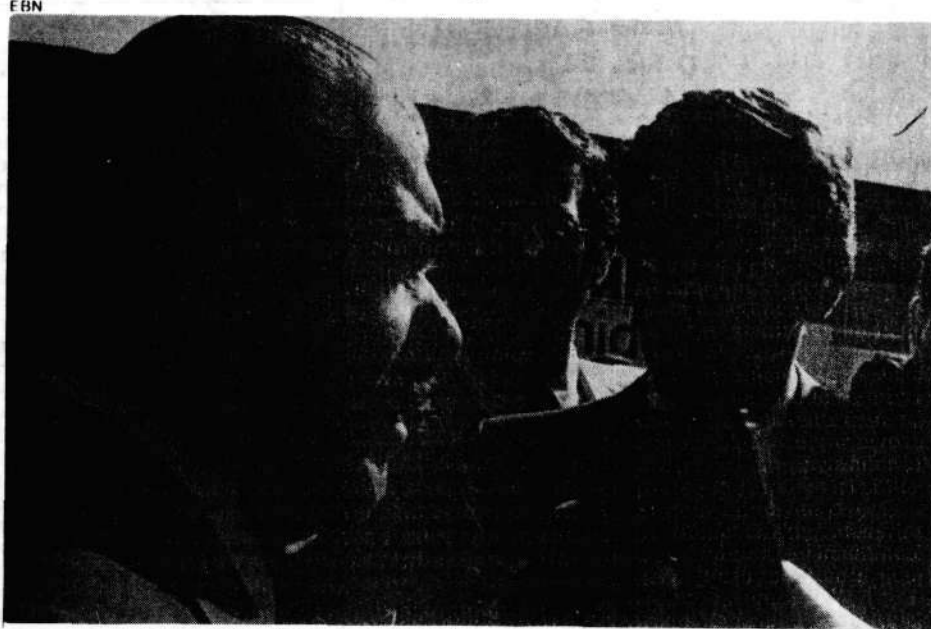


Cabral negocia hoje com partidos

Relator vai apresentar aos líderes o esboço do seu substitutivo



Sarney dá entrevista no México, antes de regressar ao Brasil

Ulysses se divide no último dia

O presidente em exercício, deputado Ulysses Guimarães, teve ontem como último compromisso no Palácio do Planalto, antes da chegada do presidente José Sarney do México, um encontro com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e com o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. A finalidade foi de acertar os últimos detalhes da reunião de amanhã, às 16 horas, na qual Bernardo Cabral discutirá com todos os líderes partidários as linhas gerais do projeto, que entregará no domingo.

Antes de receber o deputado Bernardo Cabral, Ulysses Guimarães conversou com o senador Marco Maciel sobre a Aliança Democrática e também sobre os pontos mais polêmicos do projeto constitucional.

TELEFONEMA

O presidente José Sarney telefonou para o presidente em exercício, por volta das 18h10, de Cali, Colômbia, quando comunicou que iria se atrasar um pouco em sua viagem pois estava mantendo contatos importantes com o presidente colombiano, Virgílio Barco, sobre a integração da América Latina. A informação foi prestada pelo porta-voz adjunto, Carlos Zarur, após ser informado pelo presidente em exercício.

Zarur disse ainda que na conversa o presidente Sarney informou ao deputado Ulysses Guimarães que os contatos mantidos no México foram muito promissores, para dar prosseguimento a integração que está sendo feita já com a Argentina e com o Uruguai. O telefonema durou aproximadamente quatro minutos.

Stélio pede a volta das comissões

O deputado Stélio Dias (PFL-ES) encaminhou um requerimento à mesa da Constituinte, na sessão de ontem, pedindo a restauração das comissões temáticas para discutir, por no máximo cinco dias, o substitutivo elaborado pelo relator da Sistematização, Bernardo Cabral. Com esta medida, o parlamentar pretende também restabelecer o clima de debate e participação de todos os constituintes, e chegar "ao verdadeiro consenso dentro da Assembleia". A proposta, garante o deputado, já conta com o apoio de representantes de diversos partidos, embora na sessão de ontem somente o PFL tenha se manifestado favorável à ideia, através dos apurados de três deputados.

O mais forte argumento usado por Stélio Dias para justificar sua proposta é o esvaziamento que sofreu a Constituinte após o término dos trabalhos das comissões. "Foi como se a maioria tivesse tirado férias", comentou ontem. Para ele, foi este quadro que motivou a busca de alternativas de participação, "e surgiram as sessões extraordinárias, os grupos e blocos, sempre na procura de participar deste processo", acrescenta. Stélio considera o trabalho das fases de subcomissões e comissões "o mais fértil e profícuo do que foi realizado até agora" porque propiciou a participação de todos os 559 constituintes.

A proposta apresentada ontem não vai alterar o cronograma já estabelecido para o andamento dos trabalhos constituintes, conforme garantiu Stélio Dias.

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, apresenta hoje aos líderes de todos os partidos o esboço do seu projeto para a nova Constituição. A reunião está marcada para as 16 horas, no plenário da Comissão de Justiça do Senado, e será presidida pelo deputado Ulysses Guimarães.

Já nessa reunião os líderes vão apontar os pontos que, na sua avaliação, precisam ser negociados entre os partidos. A intenção é concluir uma primeira rodada de negociações até domingo, quando Cabral vai apresentar, já retocado, o texto do projeto na Comissão de Sistematização.

O debate hoje, entretanto, será a nível de ideias e propostas, já que nenhum texto, nem mesmo um esboço, foi fechado para ser levado à reunião.

O que será levado hoje aos líderes dos partidos, segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), é um elenco de decisões não conclusivas sobre os pontos controversos, que poderão ser modificadas de acordo com o grau de negociação que se conseguir na reunião. Mesmo assim, ele considera que o nível de aceitação será bom, já que vêm trabalhando a partir de um leque de propostas bem amplo, contidas nos cinco projetos constitucionais resultantes dos grupos de consenso e dos trabalhos das assessorias jurídicas.

Com exceção do senador Maurício Corrêa (PDT-DF) e os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Adolpho de Oliveira (PL-RJ), que se integraram à equipe de relatores adjuntos, o substitutivo tem sido elaborado até agora por peemedebistas, além do acompanhamento muito próximo do presidente do partido, Ulysses Guimarães. Mesmo não estando na condição de relator adjunto, o

líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, por exemplo, participa quase todos os dias das reuniões de trabalho, e não nega: "Em todas as reuniões que eu participo, é claro que eu defenderei as propostas que o meu partido aprovou em convenção".

DEFINIÇÕES

Ontem a cúpula da Sistematização definiu mais três itens: reforma agrária, comunicação e Poder Judiciário. Na reforma agrária, que seria debatida à noite, a tendência era a de possibilitar a imissão de posse definitiva, e não a precária (que permite a anulação da desapropriação). O Executivo baixa o decreto de desapropriação e em seguida entra com a ação de desapropriação. Em prazo a ser ainda fixado, o juiz deve julgar o pedido de imissão de posse. Se não o fizer neste prazo, a propriedade é transferida automaticamente para o domínio do Incra.

Pela fórmula encontrada, o proprietário da terra desapropriada pode discutir na justiça se o imóvel cumpria ou não a função social, mas nesse caso não há prazo para a sentença. Se a justiça considerar que o imóvel cumpria a função social, o pagamento será feito em dinheiro, pelo justo preço, e não em Títulos de Dívida Agrária. A cúpula da Sistematização está discutindo um limite mínimo de área para desapropriação, a fim de excluir os pequenos proprietários.

Segundo um dos relatores adjuntos, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que prestou estas informações, os que discordam da solução da Comissão "Não querem a reforma agrária".

Na parte sobre comunicação, a tendência era a de atribuir ao Executivo a competência para conce-

der ou renovar os canais de rádio e de televisão, numa decisão preliminar. Sempre que o Congresso Nacional julgar conveniente, examinará o ato do Executivo e contará com o Conselho Nacional de Comunicação como órgão auxiliar. O Conselho será formado paritariamente por representantes indicados pelo Executivo e pelo Legislativo. Somente o Poder Judiciário poderá cassar a concessão de canais. Quanto à censura, há uma posição unânime: a de que o rádio e a televisão não devem promover a violência e a agressão à família, ao menor e à saúde. O que se discute é se os mecanismos de proteção da sociedade serão fixados em lei ou na Constituição. O relator da Sistematização, Bernardo Cabral, terá que tomar um decisão sobre essa matéria.

Contra alguns votos, Cabral manterá a composição atual do Supremo Tribunal Federal (STF) — 11 ministros —, e a forma de escolha: indicação do presidente da República, com a aprovação do Senado. O Supremo terá competência para examinar as questões constitucionais, funcionando como Corte Constitucional. Os recursos nas questões federais passarão a ser apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça, e a competência do atual Tribunal Federal de Recursos passará para os tribunais regionais federais.

A Justiça Agrária não será criada, cabendo à Justiça Federal julgar conflitos fundiários. Será criada a figura da inconstitucionalidade por omissão — quando os poderes não adotam normas para fazer valer dispositivo constitucional —, e o Supremo dará prazo ao órgão competente para que tome providências, sob pena de suprimimento pelo próprio tribunal.

STF quer preservar competência

CRISTINA MACHADO Da Editoria de Política

As propostas encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte de se extinguir o Supremo Tribunal Federal (STF) estão preocupando os ministros da corte. Se isso vier a acontecer, o Brasil passará a ser talvez o único país no mundo sem uma Corte Suprema de Justiça.

De acordo com as propostas que predominam na ANC, o Supremo seria extinto, para ceder lugar à criação de dois tribunais: o Tribunal Superior Constitucional — que julgaria as questões meramente constitucionais, e o Tribunal Superior de Justiça que cuidaria das questões do âmbito da justiça federal.

A mudança que em síntese representa nada mais que o desmembramento da competência

até então atribuída ao Supremo, refletiria ainda no processo de escolha dos ministros da Suprema Corte que seria, no caso, o Tribunal Superior Constitucional. O Congresso indicaria então seis dos 16 ministros, cabendo ao Presidente da República a escolha de mais cinco e ao STF, mais cinco. Além de alterar a estrutura judiciária do País, os constituintes querem também indicar os ministros, o que violará, sem dúvida, o princípio de imparcialidade e idoneidade para o julgamento de qualquer assunto.

Para os ministros do Supremo, a indicação político-partidária de juizes, com mandato determinado, tira a imparcialidade dos julgamentos. Pensam os ministros — que até agora ocupam cargos vitalícios, que se um juiz vem de uma determinada corrente partidária, jamais poderá go-

zar de segurança para manter sua imparcialidade. Eles defendem a ampliação das funções constitucionais do Supremo, sem privá-lo do julgamento de questões relevantes da justiça brasileira.

Entendem os ministros que o Legislativo e o Judiciário devem manter bem distintas suas funções, qual seja, ao primeiro fazer as leis ao segundo assegurar o cumprimento das leis. Se a constitucionalidade é o assunto mais importante para o País, que cuide então o Supremo da parte constitucional, ampliando suas funções, já que um Tribunal, seja ele qual for, terá de representar a instância máxima do judiciário. No País, mas se não forem asseguradas as condições para a fiscalização do cumprimento da lei, a culpa não será do Judiciário, mas sim do sistema constitucional, segundo os ministros.

PLENÁRIO

Último debate propõe estatização da saúde

A última sessão noturna temática, que discutiu ontem Saúde e Previdência Social, atraiu ao plenário menos de trinta constituintes. A temporada de debates temáticos só não terminou de forma mais melancólica porque dois grupos organizados conseguiram levar cerca de 80 pessoas às galerias. Eram os sanitaristas, que defendem a estatização do sistema de saúde, e os donos de hospitais, que querem continuar vendendo os seus serviços ao Estado.

Os sanitaristas tiveram muito mais oportunidade para aplaudir que os donos de hospitais. A maioria dos oradores que subiu à tribuna defendeu a estatização da saúde, e aos proprietários de hospitais só restou juntar suas palmas às dos sanitaristas quando o orador atacava o atual sistema previdenciário ou, mais especificamente, o comportamento do ministro Raphael de Almeida Magalhães.

Raphael foi criticado discretamente pelo ex-ministro e senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e ostensivamente pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Passarinho não falou em transações imobiliárias.

Há erros no sistema previdenciário, mas estes erros devem ser corrigidos dentro do próprio sistema — comentou Passarinho. Já Arnaldo Faria de Sá não usou meias palavras ao atacar Raphael.

A Previdência precisa cortar gastos superfluos, gerir melhor os seus recursos. Uma compra de 328 apartamentos, como a feita recentemente, não pode acontecer. Já disseram que a transição está parada. Eu diria que a transição está parida — disse o ex-radialista Arnaldo de Sá, num trocadilho pouco apropriado para a ocasião.

O discurso mais aplaudido da noite foi o do deputado e médico sanitariasta Eduardo Jorge (PT-SP), que pregou a "opção clara" do sistema previdenciário pelo setor público. "Quem quiser montar o seu hospital privado que monte, mas sem a muleta da verba pública", sentenciou Eduardo Jorge.

BALANÇO

As sessões extraordinárias noturnas, se por um lado foram muito válidas por possibilitarem a realização de um debate autêntico, "com gente, argumentação, confronto de ideias", por outro lado deixaram clara a deterioração do debate político brasileiro. Esta é a avaliação do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), autor da proposta original de debate organizado por temas, não em nove sessões à noite, mas durante os quarenta dias reservados para a discussão do projeto.

Os partidos no Brasil se desacomodaram de colocar suas posições em plenário. Surpreende-me, por exemplo, que os partidos

considerados à direita e o PMDB não coloquem suas lideranças autorizadas a se comprometerem com as posições majoritárias do partido, mas deixem seus parlamentares subirem à tribuna para falar sempre em nome próprio — observa Plínio.

A Mesa da Constituinte resistiu muito antes de adotar a sugestão do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) para que o debate constitucional fosse feito por temas. Mesmo assim, quando acuada pelas lideranças de todos os partidos, não podia mais continuar a negar, obstinadamente, a realização das sessões temáticas, decidiu que elas aconteceriam à noite.

Mesmo na estreia, porém, o limite máximo de resistência dos constituintes não passou de 22h30m. Depois disso, instalou-se outra vez no plenário a mesma cena melancólica das sessões ordinárias vespertinas — menos de trinta parlamentares espalhados pelo imenso plenário vazio. Outra grande prejudicada pelo horário tardio a que as sessões temáticas foram confinadas foi a cobertura da imprensa, em especial da imprensa escrita. Pressionados pelos horários de fechamento de seus jornais, os repórteres dificilmente podiam assistir ao discurso de mais que quatro dos quinze oradores, o que acabou por impedir uma análise mais global de cada sessão.

AmCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Perdoem se é uma heresia

O que está acontecendo com a nossa Constituinte precisa ser refeito em benefício do nosso povo. A maneira como estão sendo estudados os assuntos que comporão a nossa Lei Magna é a mais imprópria possível. Afinal, a Constituição deve determinar os deveres dos cidadãos. Os direitos, eles conquistarão depois.

Mas entre nós, o que está acontecendo é uma lástima. Todos os constituintes, em suas dezenas de milhares de emendas, pensam somente em direitos, para os homens, para os bandidos, para as mulheres, para as crianças.

A felicidade de um povo não pode ser concedida através de lei. Tudo o que ele quiser, terá que lutar para conseguir. Afinal, bem-estar não se concede através de lei, mas se conquista através de luta.

Nem país em crescimento, não se deve reduzir a tarefa de trabalho, mas aumentá-la, para que tanto o povo como o Estado venham a ganhar. Não se deve, numa Constituição, tratar esta ou aquela profissão com regalias. O que a lei tem que espargir é o dever, a obrigação do cidadão, para que a comunidade viva em paz e harmonia.

Tudo e qualquer direito, terá que ser conquistado com luta, até mesmo para ter mais valor. O que se ganha por decreto, quando se trata de direito, não tem consistência. Quando se ganha com a luta, a vitória dá mais ênfase, e esse direito é guardado com mais dignidade.

PT denuncia o adiamento da defesa popular

Mesmo representando a opinião de quase 12 milhões de eleitores brasileiros, as emendas populares correm o risco de serem defendidas no plenário da Constituinte somente depois de pronto e discutido o substitutivo do projeto de Constituição, que se encontra em fase final de elaboração pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. O deputado José Genoino (PT-SP) acha que isso é um desrespeito ao povo e informou que não assinará a Constituição caso fique confirmado o adiamento da defesa das emendas populares.



Aluizio Campos

Segundo informações obtidas ontem o vice-presidente da Comissão de Sistematização, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), que alterou o calendário já elaborado pela secretaria da Comissão de Sistematização e, ao invés das defesas serem feitas no período de 25 deste mês a 4 de setembro, elas seriam jogadas para data posterior à discussão do substitutivo do projeto de Constituição. Aluizio Campos não estava ontem no Congresso e sua secretaria informou que o mesmo estava viajando.

José Genoino considera a tentativa de se alterar o calendário como o ato de "cuspir na cara do povo". Ele disse que a defesa das emendas populares consta do regimento interno da Constituinte e terá que ser cumprido. "Mas cumprido mesmo e não levando o povo com a barriga", afirmou ele, acrescentado que

o vice-presidente da Comissão de Sistematização é um "especialista" em contrariar o regimento. "Só que nós não vamos deixar", disse. Em última instância, caso se configure "essa tapeação com o povo", ele informou que os deputados do PT não assinarão a Constituição.

Ontem de manhã a Comissão de Sistematização não conseguiu realizar sua reunião ordinária, para apreciação inclusive do calendário para defesa das emendas populares, por falta de "quorum". Hoje, nova reunião está marcada para as 15 horas, no plenário da Câmara. Já se sabe, porém, que não apenas a data para a defesa das emendas poderá ser modificada, como também deverá ser alterado o calendário elaborado pela secretaria da Comissão, que procurou agrupar em um mesmo dia as defesas de temas semelhantes. O trabalho, portanto, voltaria à estaca zero.